



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

LEONARDO FERREIRA MILITÃO

OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS COMO FERRAMENTAS DE APOIO À
GESTÃO: ESTUDO DO IMPACTO DO IDCRAS NO MUNICÍPIO DE PARACURU,
CEARÁ

REDENÇÃO

2018

LEONARDO FERREIRA MILITÃO

OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS COMO FERRAMENTAS DE APOIO À
GESTÃO: ESTUDO DO IMPACTO DO IDCRAS NO MUNICÍPIO DE PARACURU,
CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Gestão Pública da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista
em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a. Mestre Maria do Socorro
Maia Silva

REDENÇÃO

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Militão, Leonardo Ferreira.

M644i

Os Indicadores Socioeconômicos como ferramentas de apoio à
Gestão: Estudo do impacto do IDCRAS no Município de Paracuru, Ceará
/ Leonardo Ferreira Militão. - Redenção, 2018.
31f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública,
Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profa. Me. Maria do Socorro Maia Silva.

1. Gestão Pública. 2. Indicadores socioeconômicos. 3. Tomada
de decisões. 4. IDCRAS. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 354

LEONARDO FERREIRA MILITÃO

OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS COMO FERRAMENTAS DE APOIO À
GESTÃO: ESTUDO DO IMPACTO DO IDCRAS NO MUNICÍPIO DE PARACURU,
CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Gestão Pública da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista
em Gestão Pública.

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Maria do Socorro Maia Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Me. Paulo Henrique Nobre Parente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

RESUMO

Os Indicadores Socioeconômicos são ferramentas que surgiram com o intuito de dar apoio às decisões dos gestores públicos em geral. Dessa forma, o presente trabalho busca demonstrar que para que sejam tomadas as decisões corretas, precisa-se saber como transformar um dado quantitativo em informação qualitativa. Para isso, o estudo teve como objetivo analisar o Índice de Desenvolvimento do CRAS - IDCRAS e como a partir desta análise, como este índice pode subsidiar as decisões dos Gestores Públicos Municipais, nas decisões da pasta da Assistência Social, com foco no município de Paracuru, Ceará. Também procurou-se demonstrar como o IDCRAS pode ser utilizado como ferramenta de apoio a tomada de decisão por parte dos gestores municipais. O local escolhido para o desenvolvimento desse estudo foi a Secretaria Municipal de Assistência Social de Paracuru, cidade da Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. O instrumento de coleta utilizado foi uma entrevista não-estruturada, realizada com a Gestora Pública ocupante do cargo de Assessora de Gestão do SUAS (Sistema Único da Assistência Social). Após análise da entrevista são confrontados os resultados para que possam mostrar que as decisões tomadas dependem de uma base sólida e inteligível de informações, provenientes da devida análise dos dados por parte dos Gestores Públicos responsáveis pelo apoio técnico à Gestão Municipal.

Palavras-chave: Indicadores Socioeconômicos; Gestão Pública; Tomada de Decisões; IDCRAS.

ABSTRACT

The Socioeconomic Indicators are tools that have emerged in order to support the decisions of public managers in general. Thus, the present work seeks to demonstrate that for the correct decisions to be made, it is necessary to know how to transform a quantitative data into qualitative information. The purpose of this study was to analyze the CRAS Development Index - IDCRAS and how, based on this analysis, how this index can subsidize the decisions of the Municipal Public Managers, in the decisions of the Social Assistance portfolio, focusing on the municipality of Paracuru, Ceará. We also sought to demonstrate how municipal managers could use IDCRAS as a tool to support decision-making. The place chosen for the development of this study was the Municipal Secretary of Social Assistance of Paracuru, city of the Metropolitan Region of Fortaleza, Ceará. The collection instrument used was an unstructured interview conducted with the Public Manager occupying the position of Management Advisor of SUAS (Unique System of Social Assistance). After analysis of the interview, the results are confronted so that they can show that the decisions taken depend on a solid and intelligible basis of information, coming from the due analysis of the data by the Public Managers responsible for the technical support to Municipal Management.

Keywords: Socioeconomic Indicators; Public Administration; Decision Making; IDCRAS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Ciclo de Políticas Públicas	14
Figura 02 - Ciclo de Políticas Públicas: Modelo Clássico.....	15
Quadro 01 - Indicadores requeridos nas etapas do Ciclo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.....	15

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1 Indicadores Socioeconômicos	11
2.2 Políticas Públicas.....	14
2.3 Relação entre Indicadores e a Formulação e Implementação de Políticas Públicas .	16
2.4 Indicador de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS	17
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
APÊNDICE A – ENTREVISTA	26
ANEXO I – DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO DO IDCRAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

Os Indicadores Socioeconômicos surgiram com o objetivo de apoio à Gestão Pública, no que tange a elaboração de diagnósticos e análises, e que servirão para embasar o Planejamento Estratégico de Governo e a Elaboração de Ações, que almejam a eficiência e eficácia da Políticas Públicas e dos Serviços ofertados pelo Poder Público.

Para que estes indicadores sejam mensurados, existem vários fatores a serem analisados, como por exemplo o sexo de uma população, a idade dos participantes de uma amostra, a estrutura física de um determinado local ou ambiente, a formação de uma equipe de trabalho e o horário de funcionamento de um equipamento público. Os indicadores podem ser mensurados de forma quantitativa, por exemplo: a quantidade de pessoas de sexo masculino e feminino em uma amostra; ou de forma qualitativa: o equipamento está atendendo seus objetivos e está adequado de acordo com as normativas – será demonstrado como estes indicadores são utilizados como apoio à tomada de decisões por parte do Gestor Público.

Conforme Soligo (2012), a mensuração da qualidade de vida e do desenvolvimento social, econômico e político, vem adquirindo importância, à medida que essas informações se tornam mais acessíveis a governos e população em geral. Cotidianamente, vários indicadores invadem nossas vidas. Avaliar e transformar essas medidas em índices utilizados para revelar e sinalizar diversos aspectos da sociedade, passou a integrar inúmeras atividades cotidianas.

O indicador a ser analisado por este Trabalho, será o Índice de Desenvolvimento do CRAS - IDCRAS, que é um indicador composto, formado por três eixos: Estrutura Física; Recursos Humanos e Serviços & Benefícios. O IDCRAS é um indicador que norteia normas de um CRAS. Contudo, o que é um CRAS?

Um CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social num determinado território, que pode ser formado por um ou diversos bairros, setores censitários, localidades ou distritos e até mesmo por populações ou segmentos sociais como: população indígena ou comunidades tradicionais e povos de terreiros. O objetivo do CRAS é ser a presença mais próxima do Poder Público Federal, enquanto Assistência Social, para garantir o direito da população que vive em situações de vulnerabilidades sociais, econômicas e que estão prestes a sofrer violações de direitos. Enquanto de posse de caráter preventivo, realiza ações para redução de ações violadoras de direitos dos

usuários e desenvolvimento e fortalecimento das potencialidades destes territórios. Para isso, o CRAS apresenta dois serviços principais: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que é o trabalho social contínuo com famílias, com a finalidade de prevenir a ruptura de vínculos familiares e sociais, através do fortalecimento e estímulo da função protetiva da família; promover acesso aos direitos distantes aos usuários; e contribuir para melhoria da qualidade de vida. O outro é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que trabalha com grupo divididos por ciclos de vida: criança; adolescente; jovem; adulto; e idoso, incluindo nestes grupos pessoas com deficiência. O objetivo principal do SCFV é justamente o fortalecimento dos vínculos sociais que sofreram ou estão sofrendo ruptura e suas atividades possuem caráter socioeducativas. Estas famílias e pessoas fazem parte do Público Prioritário de atendimento do CRAS.

A importância deste indicador, para o Governo Federal, é para que não ocorra corte nos repasses cofinanciados e para que os municípios não deixem de cumprir as normativas para que os serviços não caiam de qualidade.

O estudo será feito no Município de Paracuru distante 88km da capital e que faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza. O município conta com a Secretaria de Assistência Social e dois CRAS. E terá como questão central da pesquisa: Como o IDCRAS pode influenciar na decisão dos Gestores Públicos a partir de seus resultados?

Com o propósito de abordar esta temática de estudo, apresenta-se como objetivo geral:

- Demonstrar como o IDCRAS, subsidia as decisões dos Gestores Públicos Municipais na pasta da Assistência Social do Município de Paracuru, Ceará.

E como objetivo específico:

- Analisar o IDCRAS e sua metodologia, mostrando que os resultados possibilitem a melhoria dos serviços ofertados na pasta Assistência Social no Município de Paracuru.

A partir das concepções apresentadas e dos objetivos a serem alcançados, pode-se justificar os esforços, para demonstrar a existência, ou não, de um canal que interliga a visão do Poder Público e o atendimento qualitativo e satisfatório para os

usuários dos serviços da Assistência Social. Tendo como relevância, responder e demonstrar “como” e “por qual motivo” o IDCRA é importante para a tomada de decisões e como alocar de forma eficaz os recursos na pasta da Assistência Social. E a contribuição acadêmica é a de fomentar trabalhos futuros, que possam aprimorar a análise deste indicador, formando uma linha de pesquisa contínua de apoio as Gestões em todas as esferas de governo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo trata das teorias sobre indicadores socioeconômicos e políticas públicas, e o entendimento para que os Gestores Públicos possam utilizar estas variáveis como ferramentas de apoio à tomada de decisão.

2.1 Indicadores Socioeconômicos

Sabendo da importância dos Indicadores Socioeconômicos para formulação e implementação de Políticas Públicas, procura-se buscar nas fontes teóricas, a base de afirmação e de caráter legal, para o apoio à Gestão Pública. Desta forma, servindo para atestar a influência dos indicadores para a tomada de decisão por parte dos Gestores Públicos.

De acordo com Januzzi (2001), um indicador social é uma medida quantitativa contendo significado social e que é utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (com intuito de pesquisas acadêmicas) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre o aspecto da realidade social ou informe sobre mudanças sociais.

Para Soligo (2012), os indicadores utilizados para medir dos fenômenos sociais são conhecidos por “indicadores sociais” ou “indicadores socioeconômicos”. Os indicadores quantitativos englobam todas as formas de medição dos fenômenos estudados pelas diversas ciências praticadas pelo homem.

Contudo, Siedenberg (2003), afirma que um indicador, de forma isolado, servirá apenas como um dado estatístico, que informa um valor quantitativo acerca de algum campo de pesquisa. Este dado passa a ter algum valor de indicador de desenvolvimento, a partir do momento em que ele se insere em um contexto metodológico, servindo, assim, para que o indicador tenha significado teórico.

Para Mourão (2006), pode-se identificar um indicador como uma estatística, um fato, uma medida, uma série quantitativa de dados (indicador quantitativo) ou uma série de evidências ou percepções postuladas sobre a realidade (indicador qualitativo).

Afirma Januzzi (2012), que o surgimento dos indicadores está interligado diretamente com o nascimento do Estado de Bem-Estar Social e à estabilização das atividades de planejamento do setor público no século XX, dessa forma, sendo um estudo

recente, ganhando corpo científico aproximadamente na década de 60. Era utilizado o PIB – *per capita* para medir os índices de desigualdade social, mas este indicador mostrava-se obsoleto para demonstrar o Bem-Estar Social e as mudanças sociais ao longo do tempo.

Conforme Siedenberg (2003), um dos indicadores mais importantes e que serviu de base para vários outros que surgiram é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, apresentado em 1990 pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e consistiu em avaliar e comparar diferentes aspectos da qualidade de vida em 130 países com mais de 1 milhão de habitantes. A partir deste indicador, supera-se apenas o contexto econômico dos indicadores e leva-se em consideração as características sociais envolvidas na pesquisa. Pode-se dizer que a partir do IDH o conceito de desenvolvimento passou a integrar a concepção do desenvolvimento humano, mensurando e quantificando aspectos relacionados à qualidade de vida.

De acordo com Santagada (2007), a investigação no campo dos indicadores sociais, realizada por organismos governamentais e não-governamentais, tem buscado aprofundar a vinculação dos indicadores com os princípios que nortearam o seu surgimento, ou seja, servir de instrumento para o planejamento governamental, bem como superar as análises estritamente econômicas. Agora as condições sociais fazem parte do rol de preocupações não só dos especialistas, como também dos governos. A “qualidade de vida” ou o “bem-estar” assumem um papel importante, juntamente com o enfoque econômico, para responder como anda o “estado social da Nação”.

No campo das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para demonstrar um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático em uma política concreta. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (JANUZZI, 2005).

Corroborando Siedenberg (2003), que os indicadores apresentados apenas como um valor estatístico, se desvirtuam do próprio sentido, ou seja, exprimem parcialmente um determinado aspecto de uma determinada realidade, a exemplo de um termômetro que mede a temperatura de uma pessoa febril. Contudo, este instrumento apenas fornece um número e não mostra em si a febre. Um indicador é uma unidade de medida parcial, substitutiva. Então, devemos considerar que uma medida estatística representativa,

somente se configura como um indicador de desenvolvimento, a partir do momento em que se insere em um contexto teórico-metodológico que lhe dá o devido significado.

Para Takashina (1999), os indicadores são representações quantificáveis das características de produtos e processos, sendo assim utilizados para a melhoria da qualidade e desempenho de um produto, serviço ou processo, ao longo do tempo. A análise de indicadores consiste em extrair dos dados e resultados o seu mais amplo significado, para apoiar a avaliação do progresso e as tomadas de decisões. Além disso, o acompanhamento dos indicadores pode ocorrer por comparações internas ou externas, observando-se a correlação das causas e efeitos entre os indicadores.

Segundo Langwinski (2013), a importância dos indicadores está em justificar as decisões e melhorar os resultados das atividades dos Gestores Públicos, legitimando suas ações. Esta é uma forma de respostas para as demandas sociais, que procuram um Estado atuante e que busque alocar recursos de forma a atender os anseios da população, contudo prezando pela economicidade, racionalidade e sustentabilidade dos recursos.

Segundo Januzzi (2005), o processo de construção de um indicador social, ou melhor, de um sistema de indicadores sociais, para uso no ciclo de políticas públicas inicia-se a partir da explicitação da demanda de interesse programático, como a implantação de um programa de transferência de renda.

Conforme Mourão (2006), um indicador possui os propósitos de esclarecer e definir objetivos, guiar tendências presentes e futuras respeitantes a objetivos e valores, avaliar programas específicos, revelar progressos, medir mudanças em condições específicas ou ao longo do tempo, determinar o impacto de programas e formular propostas alternativas relacionadas com o processo de prossecução de objetivos. Para isso, um indicador deverá seguir os seguintes critérios: aplicabilidade política; especificidade; validade relevância; sensibilidade; mensuração; compreensão; e eficiência de custos.

Segundo Siedenberg (2003), apesar dos esforços para a construção e uso de diferentes indicadores, não existirá um indicador que seja abrangente o suficiente para medir um processo em toda sua amplitude. Mesmo o mais aperfeiçoado indicador é incapaz de abarcar todas as variáveis envolvidas em uma pesquisa, ou em um processo de mensuração delas, pois existem contextos mais complexos de serem avaliados.

No Brasil, o objetivo dos indicadores sociais é o de fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social, sendo que a prioridade seria dada aos indicadores destinados a medir as variações nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de “pobreza absoluta”. (CONSELHO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1975).

2.2 Políticas Públicas

Conforme Rua (2012), as políticas públicas (*policies*) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia. Uma forma de lidar com essa complexidade, sem descartar a dinâmica sistêmica, é associar o modelo sistêmico com o modelo do ciclo de política (*policy cycle*), que aborda as políticas públicas mediante a sua divisão em etapas sequenciais.



Figura 01: Ciclo de Políticas Públicas. Fonte: RUA, 2012, p. 34.

Conforme Antico e Januzzi (2016), assumindo sua forma clássica, o ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas é composto por quatro etapas: Diagnóstico, Formulação; Implementação; e Avaliação. E cada etapa envolve um conjunto de

indicadores, que servem para auxiliar as atividades principais envolvidas. Estas variáveis fazem parte de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades.



Figura 02: Ciclo de Políticas Públicas Modelo Clássico. Fonte: ANTICO E JANUZZI, 2016, p. 03.

“As medidas coletadas possuem diferentes características e tipos, dessa forma, formando distintos processos de elaboração e formulação e avaliação de políticas públicas”. (LAGWISNKI, 2013, p. 27)

O quadro a seguir mostra as etapas deste processo.

Etapas	Tipos e Propriedades	Fontes de Dados Predominantes
Elaboração do Diagnóstico Indicadores que permitam “retratar” a realidade.	Amplo escopo temático Ampla desagregabilidade geográfica e populacional Validade de Construção Boa confiabilidade	Censos Demográficos Pesquisas Amostrais
Formulação de Programas Indicadores que orientem objetivamente a tomada de decisão.	Indicadores Sintéticos Indicadores multicriteriais Tipologias de Situações Sociais	Censos Demográficos Pesquisas Amostrais
Implementação/Execução Indicadores que permitam analisar a eficiência dos programas	Esforço (insumos/processos) Atualidade/regularidade Sensibilidade Especificidade	Registros Administrativos Registros gerados nos procedimentos dos próprios programas
Avaliação Indicadores que permitam analisar a eficácia dos programas	Resultados e Impactos Distância às metas Tipologias	Pesquisas amostrais Grupos Focais Pesquisas de egressos e participantes do programa

Quadro 1: Indicadores requeridos nas etapas do Ciclo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. Fonte: Antico e Januzzi, 2016, editado pelo autor.

Conforme Garcia (2001), No Brasil, o interesse crescente pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nas atividades ligadas ao Planejamento Governamental e ao Ciclo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas também se

deve, em boa medida, às mudanças institucionais pelas quais a Administração Pública tem passado no país, como: os formatos de implementação descentralizada de programas sociais; a preocupação da auditoria dos Tribunais de Contas na avaliação do desempenho dos programas, além da análise na conformidade legal; e a reforma gerencial da Gestão Pública em meados dos anos de 1990.

Para Januzzi (2012), o interesse crescente da Administração Pública no uso de indicadores, está ligado ao aprimoramento do controle social do Estado Brasileiro nos últimos 20 anos. Isso se deve ao maior rigor de fiscalização e transparência, implantados e implementados como forma de informar e auxiliar nas ações de planejamento com bases mais técnicas.

2.3 Relação entre Indicadores e a Formulação e Implementação de Políticas Públicas

Para Takashina (2009), os indicadores surgem como auxiliares nas tomadas de decisões, fundamentando as argumentações mediante o fornecimento das informações dos processos. Assim, na criação de um indicador, a seletividade, a simplicidade, a clareza, a abrangência, a rastreabilidade, a acessibilidade, a comparabilidade, a estabilidade, a rapidez de disponibilidade e o baixo custo de obtenção são critérios recomendáveis.

Conforme Januzzi (2012, p. 07):

Qualquer profissional, técnico ou gestor que atue no setor público ou em áreas próximas, que queira compreender melhor o debate atual sobre desemprego, pobreza, desenvolvimento econômico local, impactos ambientais ou que precise formular e implementar programas, projetos e ações nessas áreas necessita entender mais profundamente o que são os Indicadores Socioeconômicos, para que servem, como são construídos e como podem ser usados na elaboração de diagnósticos e em outras atividades do Planejamento Governamental e da Gestão Pública.

Afirma Siedenberg (2003), que não podemos desconsiderar que toda e qualquer política se alicerce em índices e indicadores. É através destes instrumentos que o planejamento será realizado, analisando os fatores macro e microambientais. Dessa forma, todo indicador tem por papel primordial, a função de subsidiar as políticas de desenvolvimento social e econômico.

2.4 Indicador de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS

De acordo com Nunes e Clemente (2015), a norma técnica nº 27 do Ministério do Desenvolvimento Social é que rege a metodologia de cálculo do IDCRAS. Os indicadores foram inicialmente propostos pela Coordenação-Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial (CGVIS/DGSUAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (DGSUAS/SNAS), com a definição dos conteúdos substantivos a serem mensurados, segundo critérios avaliativos, e o método de cálculo do indicador. Definidos os parâmetros gerais dos indicadores, as áreas da Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial foram consultadas a fim de contribuírem para o aprimoramento dos conteúdos considerados para cálculo.

Ainda conforme a Nunes e Clemente (2015), os indicadores são medidas que têm por objetivo sumarizar determinada característica da realidade. Permitem acompanhar (monitorar) a dinâmica de incidência de determinado fenômeno ao longo do tempo, como também comparar distintos territórios entre si. Um indicador pode ser simples ou sintético (composto). Um indicador do tipo simples é, por exemplo, o indicador de incidência de trabalho infantil de um município diz sobre a quantidade de crianças e adolescentes em situação laboral. Já o indicador sintético é uma medida que, ao comportar na sua composição diversos indicadores possui, portanto, maior capacidade de sumarizar diferentes aspectos da realidade. O IDCRAS é um indicador desta última categoria, uma vez que são construídos a partir de diversos indicadores que permitem medir, de forma indireta, a “qualidade dos serviços” prestados nos CRAS. O IDCRAS é calculado a partir de três dimensões: “Estrutura física”, “Recursos humanos” e “Serviços e Benefícios”. Cada dimensão foi construída com base em uma série de informações consideradas, como mais importantes, para descrever a “qualidade dos serviços”. Assim, são atribuídas notas em uma escala de 1 (pior), até 5 (melhor), para cada dimensão mencionada.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

No presente capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa, por meio de especificação do tipo de pesquisa, universo e amostra do estudo e os processos de coleta e tratamento de dados.

De acordo com Freitas e Prodanov (2013), esta pesquisa classifica-se quanto aos métodos de procedimentos como bibliográfica e monográfica; quanto ao objetivo da pesquisa como descritiva; quanto ao processo como qualitativa; quanto à lógica como dedutiva; quanto ao resultado como aplicada. E conforme os dados coletados, será classificada como entrevista.

Para a organização desta pesquisa adota-se a abordagem qualitativa, que segundo Guerra (2014), tem por objetivo aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda, nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

De acordo com o Lakatos e Marconi (2011), a entrevista pode ser despadronizada ou não-estruturada, que consiste na liberdade em que o entrevistador possui em conduzi-la. É uma forma de explorar ainda mais amplamente o que se quer do entrevistado. Geralmente, são perguntas abertas e que são respondidas em conversas informais.

Nesta perspectiva, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a entrevista não-estruturada, que será realizada com um Gestor Público que compõe a pasta da Secretaria de Assistência Social, na função de Assessora de Planejamento e Gestão do SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Desta forma, analisando a partir da visão de um Gestor Público a importância e o impacto do IDCRAS nas decisões a serem tomadas.

A entrevista foi realizada na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, com autorização da Secretária, no período entre 03 a 07 de outubro de 2018. A entrevista realizada está constituída de 10 (dez) questões, sendo 3 (três) itens de informações de perfil do participante e 7 (sete) itens relacionados ao conhecimento a respeito de Indicadores Socioeconomicos e Gestão Pública.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de coleta de análise dos dados, possibilitou a identificação do que são os Indicadores Socioeconomicos e a sua importância em um determinado contexto, fornecendo informações para a Gestão Pública.

Contudo, a visão teórica precisa ser confrontada com a prática através de instrumentos de coleta entrevista, que foi utilizado para identificar elementos com vistas a constatação da importância de informações geradas com base em indicadores para a tomada de decisões.

O perfil do(a) entrevistado(a), identificou-se que possui graduação em Terapia Ocupacional, pela Universidade de Fortaleza; pós-graduação em Gestão de Saúde Mental, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; e pós-graduação em Gestão Pública em Saúde pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

A entrevistada atua na área de Gestão Pública da Assistência Social de Paracuru, ocupando o cargo de Assessora de Planejamento e Gestão SUAS.

Analisando a escolha pelo perfil profissional, percebe-se que a entrevistada possui formações voltadas à área da Saúde, porém, apesar de estar exercendo seus trabalhos na Assistência Social, possui conhecimento teórico do tema abordado pelo trabalho.

A entrevista foi realizada para que seja analisada a relação dos indicadores socioeconômicos, no caso o IDCRAS, com as decisões dos gestores públicos, para formulação e implementação de políticas e a tomada de decisão na Gestão Pública. Assim, podendo responder ao objetivo geral da pesquisa, em que o gestor tomará decisões de melhoria nos serviços ofertados pelo CRAS.

Ao ser perguntada pela sua experiência profissional, a entrevistada respondeu que possui cerca de 20 anos de experiência, dos quais, em 15 anos, participou da gestão técnica e financeira e trabalhando com gestão pública através de projetos sociais e de saúde em ONG`s nacionais e internacionais. Em 4 anos participou da iniciativa privada, atuando na gestão comercial e de saúde. E para o último ano, na gestão pública municipal na Política de Assistência Social.

Quanto ao conhecimento dos indicadores socioeconômicos, a entrevistada respondeu que possui conhecimento, e que estes, são indicadores sociais geralmente estatísticos, que mostram situações sociais em forma quantificada. A entrevistada afirma que este é um conceito abstrato e que informa em geral um determinado aspecto da realidade social para fins de diagnóstico, pesquisa com intuito de formulação, monitoramento e avaliação de serviços, projetos, programas e benefícios de políticas públicas. Podemos citar como exemplo o PIB, renda per capita, IDH, taxa de desemprego entre outros.

Conforme Januzzi (2012), os indicadores sociais apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Proporção de pobres, taxa de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas são, neste sentido, indicadores sociais, ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social.

A entrevistada, entende que existe uma relação direta entre Indicadores Socioeconômicos e Gestão Pública. Ainda conforme respondido, não se pode fazer política pública sem que haja medidas, ou seja, indicadores para serem analisados. E no caso da Gestão Pública temos a exemplo os socioeconômicos.

Corroborando Coura, Carvalho e Sousa (2017), que os indicadores atuam como ferramentas de forma eficaz, sendo frequentemente utilizados para avaliar o desempenho de uma série de fatores na Gestão Pública, dentre eles: financeiros, sociais e ambientais quanto aos gastos de um órgão público.

Quando indagada sobre como os indicadores afetam nas decisões tomadas pelo gestor público, a entrevistada respondeu que eles permitem o planejamento e a estruturação de políticas públicas.

Os indicadores fornecem uma análise da realidade social e de como pode-se planejar serviços, projetos, programas e benefícios e garantir recursos orçamentários para mudança da realidade e com isso permitir tomada de decisões e priorização de indicadores que se precise de uma atenção maior.

A entrevistada, quando questionada sobre a importância de suas decisões quando analisa o IDCRAS e de como estas decisões se transformam em informação, para que o superior hierárquico possa tomar suas providências, evidenciou que busca utilizar os indicadores para assessorar, da melhor maneira possível, o gestor maior (Prefeito), nas decisões que impactam a política de Assistência Social de Paracuru.

A importância do trabalho de assessoria, quanto ao repasse dos dados, é de que como o Prefeito não consegue resolver todas as demandas da cidade sozinho, ele precisa de uma equipe que possua conhecimento e que indique o certo ou o errado como forma de que ele decida pelo mais conveniente para o município e para a pasta de Assistência Social.

A entrevistada ainda ressaltou que precisa de uma equipe forte para a Gestão do SUAS, pois ela é um canal de comunicação para o gestor maior. Esta equipe, formada por diversos profissionais (Administrador(a), Assistente Social, Psicólogo(a), Gestor(a) de Recursos Humanos), participa do planejamento que é levado ao Prefeito. Com isso existe condições de dar o suporte necessário para priorização de ações e recursos para desenvolvimento da Política de Assistência Social.

Foi questionado à entrevistada, se a metodologia de análise do IDCRAS gera os resultados esperados, para que ocorram intervenções na melhoria dos serviços ofertados pela Assistência Social. Na opinião dela, o indicador estabelece mais normas e quantitativos do que mesmo mudança efetiva da realidade. “O que para nós gestores e trabalhadores do SUAS cabe colocar isso em prática e qualificar em atendimento a mudança da realidade”. Ressaltando a resposta para a pergunta anterior, em que todos participam do planejamento, dessa forma, todos podem entender do que se trata o indicador e possam exprimir opiniões de melhoria dos serviços.

Quando questionada a dar uma sugestão de melhoria na análise dos indicadores socioeconômicos, a entrevistada respondeu que tenta tornar a transformação dos dados em informações da forma mais qualificada o possível e que este seja o caminho para os futuros gestores públicos. Traduzir os números em realidade e fazer dele uma mudança efetiva, não apenas traduzida em quantidade, assim, provocando mudanças sociais e econômicas para a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IDCRAS é um indicador que foi criado para medir os índices de qualidade dos CRAS, dada a sua importância para os serviços prestados, este indicador precisa de um olhar técnico apurado, para que as decisões quanto a ele, não sejam equivocadas, pois estas possuem fator crucial no atendimento de uma demanda que necessita de serviços que não são conseguidos ou ofertados de forma fácil.

Observando como o IDCRAS subsidia as decisões dos Gestores Público Municipais, na pasta da Assistência Social do Município de Paracuru, Ceará, foi analisado, de acordo com os dados coletados na entrevista, que existe a relação da assessoria e a informação quanto a importância do valor do IDCRAS para o Prefeito, fazendo com que o gestor esteja ciente de que o indicador fornece condições técnicas, para que sejam implementadas políticas de apoio a Gestão Municipal da Assistência Social. Ainda conforme os dados obtidos na entrevista, a assessoria trabalha para indicar melhorias junto a equipe técnica qualificada, cabendo aos técnicos da pasta de Assistência Social, orientar e sensibilizar o Prefeito e sua equipe que a adesão as melhorias é uma questão que implica no repasse dos recursos e na melhoria dos serviços. Conclui-se que precisa de visão estratégica dos gestores componentes da pasta de Assistência Social do município, quanto as condições de trabalho e formação das equipes, assim, fazendo com que o indicador não passe apenas de um número aleatório e passe a ser informação útil para as mudanças necessárias dos serviços ofertados pelo CRAS.

Analisando o IDCRAS e sua metodologia com intuito de que os resultados alcançados possibilitem a melhoria dos serviços ofertados. De acordo com os dados coletados na entrevista, a interpretação do indicador fornece uma visão de normas, padrões e procedimentos que devem ser seguidos. Contudo, um indicador pode não estabelecer uma mudança efetiva e real, caso não ocorra a adequada interpretação do que o indicador fornece. Para que os resultados sejam alcançados e ocorra a melhoria na qualidade dos serviços ofertados, os Gestores Municipais da Assistência Social, bem como os trabalhadores do SUAS, terão que compreender a importância do IDCRAS e que a partir desta visão técnica, possam contribuir para melhoria dos serviços da Assistência Social, com foco nos CRAS, através de reuniões de equipe e até mesmo com os usuários, ampliando a participação popular, dentro das normas e padrões expostas nas normas técnicas e cadernos de orientações dos CRAS.

O trabalho realizado contribui para o aprofundamento dos estudos da Assistência Social em outros indicadores, pois demonstra a importância de um indicador (IDCRAS) e como este e sua metodologia influenciam nas decisões dos Gestores Públicos, com vistas as melhorias dos serviços dos CRAS e qualidade no atendimento das demandas da Assistência Social.

Também se faz necessário estudos a respeito de outros indicadores, não apenas da Assistência Social, como em outros que fomentam a formulação e implementação de Políticas Públicas, passando a ter sua importância, como informação contributiva para o desenvolvimento de políticas voltadas à inclusão social e para fomento de novas ideias que sirvam como instrumento de informação do desenvolvimento social no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTICO, C. E.; JANUZZI, P. M. **Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 2016.

COURA, J. E. L.; CARVALHO, J. R. M.; SOUSA, A.F. Indicadores Sociais de Gestão Pública: Uma análise nos maiores municípios da Paraíba. **IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**. João Pessoa. 2017.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Instituição do sistema de indicadores sociais**, 1975.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR. 2ª ed. Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. 2013.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **In: Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, 23-7:70, 2001.

GUERRA, E. L. A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Grupo Anima Educação. Belo Horizonte. 2014.

JANUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações para: Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e Elaboração de Estudos Socioeconômicos**. 3ª ed., 2ª imp. Alínea Editora, 2001.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**. Ano 56, nº 2, p. 137-160 Abr/Jun 2005.

_____. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2ª ed. Santa Catarina. 2012.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

LANGWINSKI, P. R. **A utilização de indicadores e a medição de desempenho na Gestão Pública**. 2013. 43f.. Monografia de Especialização – Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

MOURÃO, P. **Contributo para o estudo económico dos indicadores regionais**. Departamento de Economia/Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, Universidade do Minho. 2006. Disponível em: <http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicações_Outrass_Revistas/com%20Arbitragem/2006/Mourão_2006_RPER.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

NUNES, H. M.; CLEMENTE, P. E. **Nota Técnica nº 27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS: Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS referentes ao ano de 2014**. Brasília. 2015.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2ª ed. Santa Catarina. 2012.

SANTAGADA, S. Indicadores Sociais: Uma primeira abordagem social e histórica. **Revista Pensamento Plural**. Pelotas, Ano 1, n. 1, p. 113-142, jul./dez. 2007.

SOLIGO, V. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Est. Aval. Educ.** São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ago. 2002.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconomico: uma síntese. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, Ano 1, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

TAKASHINA, N. T. **Indicadores da qualidade e do desempenho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

APÊNDICE A

ENTREVISTA

Muito prazer! Meu nome é Leonardo Ferreira Militão, estudante do curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Peço um instante para que você possa participar desta entrevista sobre como os indicadores socioeconômicos são importantes para embasar a tomada de decisão por parte dos gestores públicos. Desde já agradeço sua participação.

Parte I: Informações Pessoais/Profissionais.

Nome:

1. Qual sua formação e em qual instituição de ensino você concluiu esta formação?

2. Atualmente, qual sua área de atuação?

3. Qual cargo você ocupa na Instituição/Órgão em que trabalha?

Parte II: Informações sobre Gestão Pública e Indicadores Socioeconomicos.

4. Qual sua experiência com Gestão Pública ao longo de sua carreira profissional.

5. Você tem conhecimento sobre Indicadores Socioeconomicos? E nas suas palavras, como eles podem ser definidos.

6. Em sua opinião, qual a relação existente entre os Indicadores Socioeconomicos e a Gestão Pública?

7. Como os Indicadores Socioeconomicos afetam nas decisões tomadas pelo Gestor Público?

8. Qual a importância, nas suas decisões, quando analisamos o IDCRAS? Estas decisões são repassadas para o Gestor acima hierarquicamente e como este tem analisado as decisões?

9. Em sua opinião, a metodologia utilizada para analisar o IDCRAS é eficiente e gera resultados que possibilitem uma intervenção com vistas à melhoria dos serviços ofertados pela assistência social?

10. Você possui alguma sugestão para que haja a melhoria na análise de indicadores socioeconômicos em geral?

ANEXO I

Tabela 1 - Dimensão Estrutura Física

	Famílias referenciadas (2.500 famílias ou 3.500 famílias)	Famílias referenciadas (5.000 famílias)
Nível 5	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Recepção • Possuir, no mínimo, 2 salas de atendimento, sendo pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas • Possuir, no mínimo, 1 sala administrativa • Possuir, no mínimo, 2 banheiros • Possuir acessibilidade* • Possuir conjunto de equipamentos que inclua, no mínimo: 2 computadores conectados à internet; impressora, telefone, veículo exclusivo ou compartilhado 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Recepção • Possuir, no mínimo, 4 salas de atendimento, sendo pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas • Possuir, no mínimo, 1 sala administrativa • Possuir, no mínimo, 2 banheiros • Possuir acessibilidade* • Possuir conjunto de equipamentos que inclua, no mínimo: 3 computadores conectados à internet; impressora, telefone, veículo exclusivo ou compartilhado
Nível 4	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Recepção • Possuir, no mínimo, 2 salas de atendimento, sendo pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas • Possuir, no mínimo, 2 banheiros • Possuir acessibilidade, ao menos parcial* • Possuir pelo menos 1 computador conectado 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Recepção • Possuir, no mínimo, 4 salas de atendimento, sendo pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas • Possuir, no mínimo, 2 banheiros • Possuir acessibilidade, ao menos parcial* • Possuir pelo menos 2 computadores conectados à internet
Nível 3	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Recepção • Possuir, no mínimo, 2 salas de atendimento • Possuir, pelo menos, 1 banheiro • Possuir acessibilidade, ao menos parcial* 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Recepção • Possuir, no mínimo, 3 salas de atendimento, sendo pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas • Possuir, pelo menos, 1 banheiro • Possuir acessibilidade, ao menos parcial*
Nível 2	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo, 2 salas de atendimento • Possuir, pelo menos, 1 banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo, 3 salas de atendimento • Possuir, pelo menos, 1 banheiro
Nível 1	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir menos de 2 salas de atendimento OU • Não possuir Banheiro OU • Prédio compartilhado com ONG, ou compartilhamento de todas as salas de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir menos de 3 salas de atendimento OU • Não possuir Banheiro OU • Prédio compartilhado com ONG, ou compartilhamento de todas as salas de atendimento

Tabela 2 - Dimensão Recursos Humanos

	Famílias referenciadas (2.500 famílias)	Famílias referenciadas (3.500 famílias)	Famílias referenciadas (5.000 famílias)
Nível 5	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 5 (9, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 3 (5, se EV) com nível superior* • Possuir, no mínimo, 1 Assistente Social (2, se EV) e 1 Psicólogo • Possuir, no mínimo, 1 profissional de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista • Possuir Coordenador com nível superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 7 (11, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 4 (6, se EV) com superior* • Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) e 1 Psicólogo • Possuir, no mínimo, 1 profissional de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista • Possuir Coordenador com nível superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 9 (13, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 5 (7, se EV) com superior* • Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) e 1 Psicólogo • Possuir, no mínimo, 2 profissionais de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista • Possuir Coordenador com nível superior
Nível 4	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 4 (7, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 3 (5, se EV) com nível superior* • Possuir, no mínimo, 1 Assistente Social (2, se EV) • Possuir Coordenador com nível superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 6 (9, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 4 (6, se EV) com superior* • Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV); • Possuir Coordenador com nível superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 7 (10, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 5 (7, se EV) com superior* • Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) e 1 Psicólogo • Possuir Coordenador com nível superior
Nível 3	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 4 (6, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 2 (4, se EV) com nível superior * • Possuir, no mínimo, 1 Assistente Social (2, se EV) 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 6 (8, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 3 (4, se EV) com superior* • Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 7 (9, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 4 (6, se EV) com superior* • Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV)
Nível 2	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 3 profissionais, sendo, pelo menos 2 com nível superior* • Possuir, pelo menos, 1 Assistente Social OU 1 Psicólogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 5 profissionais, sendo, pelo menos 2 com nível superior* • Possuir, pelo menos, 1 Assistente Social OU 1 Psicólogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir, no mínimo 6 profissionais, sendo, pelo menos 3 com nível superior* • Possuir, pelo menos, 1 Assistente Social OU 1 Psicólogo
Nível 1	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir menos de 3 profissionais OU • Não possuir Assistente Social nem Psicólogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir menos de 5 profissionais OU • Não possuir Assistente Social nem Psicólogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir menos de 6 profissionais ao todo, ou menos de 3 com nível superior OU • Não possuir Assistente Social nem Psicólogo

Tabela 3 - Dimensão Serviços & Benefícios

	Municípios de Pequeno Porte I	Municípios de Pequeno Porte II e Médio Porte	Municípios de Grande Porte e Metrôpoles
Nível 5	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade média de famílias em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) não deve ser inferior a 20 nem superior a 100. Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras, campanhas ou eventos comunitários; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; acompanhamento dos encaminhamentos realizados.</i> Possui profissionais de Serviço Social e/ou de Psicologia Possui oferta de Serviço de Convivência, para no mínimo três ciclos de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas) Realiza no próprio CRAS o cadastramento/atualização cadastral do CadÚnico, sem utilizar para isso os profissionais de nível superior do PAIF. Possui forte articulação* com os Serviços de Educação e Saúde no território Funcionar, no mínimo, 5 dias por semana e 40hrs semanais 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade média de famílias em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) não deve ser inferior a 20 nem superior a 100. Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras, campanhas ou eventos comunitários; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; acompanhamento dos encaminhamentos realizados.</i> Possui profissionais de Serviço Social e de Psicologia Possui oferta de Serviço de Convivência, para no mínimo três ciclos de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas) Realiza no próprio CRAS cadastramento/atualização cadastral do CadÚnico, sem utilizar para isso os profissionais de nível superior do PAIF. Possui forte articulação* com o(s) CREAS e com os Serviços de Educação e Saúde no território Funcionar, no mínimo, 5 dias por semana e 40hrs semanais 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade média de famílias em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) não deve ser inferior a 20 nem superior a 100. Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras, campanhas ou eventos comunitários; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; acompanhamento dos encaminhamentos realizados.</i> Possui profissionais de Serviço Social e de Psicologia Possui oferta de Serviço de Convivência, para no mínimo três ciclos de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas) Realiza no próprio CRAS cadastramento/atualização cadastral do CadÚnico, sem utilizar para isso os profissionais de nível superior do PAIF. Possui forte articulação* com o(s) CREAS e com os Serviços de Educação e Saúde no território Funcionar, no mínimo, 5 dias por semana e 40hrs semanais
Nível 4	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade média de famílias em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) não deve ser inferior a 20 nem superior a 100. Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras, campanhas ou eventos comunitários; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; acompanhamento dos encaminhamentos realizados.</i> Possui oferta de Serviço de Convivência, para no mínimo dois ciclos de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas) Possui forte articulação* com os Serviços de Educação e Saúde no território Funcionar, no mínimo, 5 dias por semana e 40hrs semanais 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade média de famílias em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) não deve ser inferior a 20 nem superior a 100. Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras, campanhas ou eventos comunitários; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; acompanhamento dos encaminhamentos realizados.</i> Possui oferta de Serviço de Convivência, para no mínimo dois ciclos de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas) Possui forte articulação* com o(s) CREAS e com os Serviços de Educação e Saúde no território Funcionar, no mínimo, 5 dias por semana e 40hrs semanais 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade média de famílias em acompanhamento no mês, dividida pela equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) não deve ser inferior a 20 nem superior a 100. Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; palestras, campanhas ou eventos comunitários; orientação/acompanhamento para inserção no BPC; acompanhamento dos encaminhamentos realizados.</i> Possui oferta de Serviço de Convivência, para no mínimo dois ciclos de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas) Possui forte articulação* com o(s) CREAS e com os Serviços de Educação e Saúde no território Funcionar, no mínimo, 5 dias por semana e 40hrs semanais

Nível 3	<ul style="list-style-type: none"> • Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; orientação/acompanhamento para inserção no BPC.</i> • Possui oferta de Serviço de Convivência, pelo menos para um ciclo de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas). • Possui forte articulação* com os Serviços de Educação e Saúde no território 	<ul style="list-style-type: none"> • Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; orientação/acompanhamento para inserção no BPC.</i> • Possui oferta de Serviço de Convivência, pelo menos para um ciclo de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas). • Possui forte articulação* com o(s) CREAS e com os Serviços de Educação e Saúde no território 	<ul style="list-style-type: none"> • Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; orientação/acompanhamento para inserção no BPC.</i> • Possui oferta de Serviço de Convivência, pelo menos para um ciclo de vida (oferta direta do CRAS ou por meio de unidades a ele referenciadas). • Possui forte articulação* com o(s) CREAS e com os Serviços de Educação e Saúde no território
Nível 2	<ul style="list-style-type: none"> • Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; orientação</i> • Possui forte articulação* com, pelo menos um dos seguintes Serviços: Serviços de Educação; Serviços de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; orientação</i> • Possui forte articulação* com, pelo menos um dos seguintes Serviços abaixo: Serviços de Educação; Serviços de Saúde; CREAS 	<ul style="list-style-type: none"> • Executa o PAIF, realizando no mínimo as seguintes atividades: <i>acompanhamento de famílias; grupo/oficina com famílias; visitas domiciliares; orientação</i> • Possui forte articulação* com, pelo menos um dos seguintes Serviços abaixo: Serviços de Educação; Serviços de Saúde; CREAS
Nível 1	<ul style="list-style-type: none"> • Não realiza alguma(s) das seguintes atividades essenciais do PAIF: <i>acompanhamento de famílias; e/ou grupo/oficina com famílias; e/ou visitas domiciliares; e/ou orientação</i> OU • Articulação frágil ou inexistente com os Serviços de Educação e com os Serviços de Saúde OU • Não possui profissionais de Serviço Social nem de Psicologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Não realiza alguma(s) das seguintes atividades essenciais do PAIF: <i>acompanhamento de famílias; e/ou grupo/oficina com famílias; e/ou visitas domiciliares; e/ou orientação</i> OU • Articulação frágil ou inexistente com os Serviços de Educação, com os Serviços de Saúde e com os CREAS OU • Não possui profissionais de Serviço Social nem de Psicologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Não realiza alguma(s) das seguintes atividades essenciais do PAIF: <i>acompanhamento de famílias; e/ou grupo/oficina com famílias; e/ou visitas domiciliares; e/ou orientação</i> OU • Articulação frágil ou inexistente com os Serviços de Educação, com os Serviços de Saúde e com os CREAS OU • Não possui profissionais de Serviço Social nem de Psicologia